Por despacho de 25 de Agosto de 2005 do presidente do Instituto Politécnico de Leiria:

Autorizado, por urgente conveniência de serviço, o contrato administrativo de provimento para exercerem funções na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Leiria aos seguintes docentes:

Ana Luísa Comprido Afonso, equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, com início em 1 de Setembro de 2005 e termo final em 31 de Agosto de 2006.

Carla Sofia Costa Freire, equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, com início em 1 de Setembro de 2005 e termo final em 31 de Agosto de 2006.

Clara Sofia Silva Sousa, equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, com início em 1 de Setembro de 2005 e termo final em 31 de Agosto de 2006.

Jorge Alexandre Barroca de Sousa Varela, equiparado a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, com início em 1 de Setembro de 2005 e termo final em 24 de Fevereiro de 2006.

Tânia Cristina Simões dos Santos, equiparada a assistente do 1.º triénio, em regime de tempo integral, com início em 1 de Setembro de 2005 e termo final em 31 de Agosto de 2006.

(Isentos de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, em exercício, Graça Maria Leal Fonseca.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Instituto Superior de Engenharia

Edital n.º 828/2005 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 14 de Julho de 2005, no uso de competência própria, nos termos da alínea b) do artigo 9.º e da alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, conjugadas com a alínea h) do n.º 1 do artigo 15.º do Despacho Normativo n.º 181/91, de 2 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 192, de 22 de Agosto de 1991, e de acordo com o disposto nos artigos 3.º, 7.º, n.º 3, 10.º, n.ºs 1 e 2, 15.º, 16.º, n.º 3, 23.º, 24.º, 26.º e 27.º a 29.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso de provas públicas para provimento de uma vaga de professor-coordenador do quadro de pessoal docente do Instituto Superior de Engenharia, de Lisboa, constante do mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 389/88, de 25 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 373/96, de 20 de Agosto, pelo despacho n.º 33/96-IPL, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 27 de Novembro de 1996, e pelo despacho n.º 7/89-IPL, de 3 de Outubro, para a área científica de Engenharia da Electrónica, Telecomunicações e de Computadores, para os grupos de disciplinas de Telecomunicações, de Redes e Sistemas de Computadores e de Processamento Digital de Imagem.

2 — O concurso é válido apenas para o preenchimento dessa vaga, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Ao presente concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

4 — Conteúdo funcional — o descrito no n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Engenharia, de Lisboa, entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas, para o Instituto Superior de Engenharia, de Lisboa, Rua do Conselheiro Emídio Navarro, 1, 1959-007 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, filiação, naturalidade, bilhete de identidade, número, data e arquivo que o emitiu, data de nascimento, residência, telefone, graus académicos e respectivas classificações finais, bem como todos os elementos que sejam susceptíveis de interferir na apreciação do mérito dos candidatos.

6 — Os candidatos deverão fazer acompanhar os seus requerimentos, conforme o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, dos seguintes documentos:

- Documento comprovativo em como se encontra nas condições previstas no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se for caso disso;
- Certificado de habilitações;
- Certidão de nascimento;
- Fotocópia do bilhete de identidade;

- Certificado do registo criminal;
- Atestado referido no n.º 1 do Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;
- Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar, se for caso disso;
- Seis exemplares do *curriculum vitae* detalhado;
- Seis exemplares da lição a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
- Seis exemplares da dissertação a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, ou da dissertação de doutoramento a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo;
- Seis exemplares de cada trabalho mencionado no *curriculum vitae*;
- Lista completa da documentação apresentada.

6.1 — Aos candidatos que venham exercendo funções neste Instituto, é dispensada a apresentação dos documentos e da declaração referidos no número anterior desde que possuam os documentos pedidos no seu processo individual.

6.2 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas c), e), f) e g) aos candidatos que declarem no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma daquelas alíneas.

6.3 — As provas do concurso e o regime da sua prestação seguirão o estipulado no Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, já referido.

7 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutora Maria Ana Carvalho Viana Baptista, professora-coordenadora do Instituto Superior de Engenharia, de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa.

Vogais:

José Manuel Nunes Leitão, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Paulo Jorge dos Santos Gonçalves Ferreira, professor catedrático da Universidade de Aveiro.

Paulo da Costa Luís da Fonseca Pinto, professor associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

José Manuel Proença Cameira, professor-coordenador do Instituto Superior de Engenharia, de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa.

Carlos Eduardo Meneses Ribeiro, professor-coordenador do Instituto Superior de Engenharia, de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa.

Suplente — Arnaldo Joaquim Castro Abrantes, professor-coordenador do Instituto Superior de Engenharia, de Lisboa, do Instituto Politécnico de Lisboa.

31 de Agosto de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

Edital n.º 829/2005 (2.ª série). — 1 — Faz-se público que, por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa de 14 de Julho de 2005, no uso de competência própria, nos termos da alínea b) do artigo 9.º e da alínea e) do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro, conjugadas com a alínea h) do n.º 1 do artigo 15.º do Despacho Normativo n.º 181/91, de 2 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 192, de 22 de Agosto de 1991, e de acordo com o disposto nos artigos 3.º, 7.º, n.º 3, 10.º, n.ºs 1 e 2, 15.º, 16.º, n.º 3, 23.º, 24.º, 26.º e 27.º a 29.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a partir da data da publicação do presente edital no *Diário da República*, concurso de provas públicas para provimento de uma vaga de professor-coordenador do quadro de pessoal docente do Instituto Superior de Engenharia, de Lisboa, constante do mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 389/88, de 25 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 373/96, de 20 de Agosto, pelo despacho n.º 33/96-IPL, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 275, de 27 de Novembro de 1996, e pelo despacho n.º 7/89-IPL, de 3 de Outubro, para a área científica de Engenharia da Electrónica, Telecomunicações e de Computadores, para os grupos de disciplinas de Electrónica e de Arquitectura de Computadores.

2 — O concurso é válido apenas para o preenchimento dessa vaga, esgotando-se com o seu preenchimento.

3 — Ao presente concurso serão admitidos os candidatos que se encontrem nas condições previstas no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

4 — Conteúdo funcional — o descrito no n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.

5 — O requerimento de admissão ao concurso deverá ser dirigido ao presidente do conselho directivo do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, entregue pessoalmente ou enviado pelo correio, em carta registada e com aviso de recepção, até ao último dia do prazo fixado para a entrega das candidaturas, para o Instituto Superior de Engenharia, de Lisboa, Rua do Conselheiro Emídio Navarro, 1, 1959-007 Lisboa, dele devendo constar os seguintes elementos: nome, filiação, naturalidade, bilhete de identidade, número, data e arquivo que o emitiu, data de nascimento, residência, telefone, graus académicos e respectivas classificações finais, bem como todos os elementos que sejam susceptíveis de interferir na apreciação do mérito dos candidatos.

6 — Os candidatos deverão fazer acompanhar os seus requerimentos, conforme o artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo em como se encontra nas condições previstas no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, se for caso disso;
- b) Certificado de habilitações;
- c) Certidão de nascimento;
- d) Fotocópia do bilhete de identidade;
- e) Certificado do registo criminal;
- f) Atestado referido no n.º 1 do Decreto-Lei n.º 319/99, de 11 de Agosto;
- g) Documento comprovativo de terem satisfeito a Lei do Serviço Militar, se for caso disso;
- h) Seis exemplares do *curriculum vitae* detalhado;
- i) Seis exemplares da lição a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho;
- j) Seis exemplares da dissertação a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, ou da dissertação de doutoramento a que se refere o n.º 3 do mesmo artigo;
- k) Seis exemplares de cada trabalho mencionado no *curriculum vitae*;
- l) Lista completa da documentação apresentada.

6.1 — Aos candidatos que venham exercendo funções neste Instituto é dispensada a apresentação dos documentos e da declaração referidos no número anterior desde que possuam os documentos pedidos no seu processo individual.

6.2 — É dispensada a apresentação dos documentos referidos nas alíneas c), e), f) e g) aos candidatos que declarem no respectivo requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada uma daquelas alíneas.

6.3 — As provas do concurso e o regime da sua prestação seguirão o estipulado no Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, já referido.

7 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Doutora Maria Ana de Carvalho Viana Baptista, professora-coordenadora do Instituto Superior de Engenharia, do Instituto Politécnico de Lisboa.

Vogais:

Adolfo Steiger Garção, professor catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

Moisés Simões Piedade, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Carlos Alberto Caridade Monteiro Couto, professor catedrático da Universidade do Minho.

Maria Manuela de Almeida Carvalho Vieira, professora-coordenadora com agregação do Instituto Superior de Engenharia, do Instituto Politécnico de Lisboa.

Manuel Martins Barata, professor-coordenador do Instituto Superior de Engenharia, do Instituto Politécnico de Lisboa.

Suplente — José Manuel Proença Cameira, professor-coordenador do Instituto Superior de Engenharia, do Instituto Politécnico de Lisboa.

31 de Agosto de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Ana de Carvalho Viana Baptista*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA SAÚDE DE LISBOA

Escola Superior de Enfermagem de Francisco Gentil

Despacho (extracto) n.º 20 704/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Agosto de 2005 do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, foi autorizada à professora-adjunta Maria Helena

da Conceição Vicente, do quadro desta Escola, a renovação da licença sem vencimento, por mais um ano, com início a 1 de Outubro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Teresa Silva Santos*.

Rectificação n.º 1637/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 19 178/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 169, de 2 de Setembro de 2005, a p. 12 893, rectifica-se que onde se lê «Licenciada Carla Sofia Sales Leal» deve ler-se «Mestre Carla Sofia Sales Leal».

14 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Maria Teresa Silva Santos*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

Despacho (extracto) n.º 20 705/2005 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Setembro de 2005 do presidente deste Instituto:

Anabela Dias Ramalho Vale Leitão Grifo — autorizada, por proposta do conselho directivo da Escola Superior Agrária de Santarém, deste Instituto, a rescisão do contrato que detinha com aquela Escola como equiparada a assistente do 2.º triénio, em regime de tempo parcial, 30%, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2005, nos termos da alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2005. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Despacho (extracto) n.º 20 706/2005 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Setembro de 2005 do presidente deste Instituto:

António Joaquim Veríssimo Pisco — autorizada, por proposta do conselho directivo da Escola Superior Agrária de Santarém, deste Instituto, a rescisão do contrato que detinha com aquela Escola como equiparado a assistente do 2.º triénio, em regime de exclusividade, a partir de 13 de Setembro de 2005, nos termos da alínea c) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho. (Sujeito a fiscalização sucessiva pelo Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2005. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

Rectificação n.º 1638/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 16 143/2005 (2.ª série), inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2005, a p. 10 687, por despacho de 6 de Fevereiro de 2005 do presidente deste Instituto relativo a Dária Alexandra do Nascimento Montéz e Reis Gavela Ferreira, rectifica-se que onde se lê «por despacho de 6 de Fevereiro de 2005 do presidente deste Instituto.» deve ler-se «por despacho de 6 de Julho de 2005 do presidente deste Instituto.»

13 de Setembro de 2005. — O Administrador, *Mário Jesus Mota*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Despacho (extracto) n.º 20 707/2005 (2.ª série). — Pelo meu despacho n.º 28, de 19 de Setembro de 2005, e no âmbito da Portaria n.º 413-A/98, de 17 de Julho, alterada pela Portaria n.º 533-A/99, de 22 de Julho, foram autorizados os prazos abaixo indicados referentes às candidaturas no 2.º ciclo das licenciaturas bietápicas dos candidatos abrangidos pela alínea b3) do n.º 1 da referida portaria ministradas nas Escolas Superiores de Tecnologia de Setúbal e do Barreiro e de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal para o ano lectivo de 2005-2006, os quais se tornam públicos:

Escola Superior de Tecnologia de Setúbal:

Afixação do edital — na data da publicação do edital no *Diário da República*;

Apresentação das candidaturas — durante cinco dias úteis posteriores à fixação do edital;

Seleção e seriação — durante dois dias úteis após o fim da apresentação das candidaturas;

Publicação das listas de seriação — 1.º dia útil após o fim da seleção e seriação;

Reclamações — 3.º e 4.º dias úteis após a publicação das listas de seriação;

Publicação da lista definitiva — quatro dias úteis após o fim do período de reclamação;